

Políticas docentes  
Professores temporários



# Professores temporários nas redes estaduais do Brasil

ABRIL/2024

# EXPEDIENTE

## COORDENAÇÃO GERAL

**Priscila Cruz**

Presidente-Executiva

**Olavo Nogueira Filho**

Diretor-Executivo

**Gabriel Corrêa**

Diretor de Políticas Públicas

**Ivan Gontijo**

Gerente de Políticas Educacionais

## REDAÇÃO

**Natália Fregonesi**

Coordenadora de Políticas Educacionais

## APOIO TÉCNICO E ANÁLISE DE DADOS

**Pedro Veloso**

Coordenador de Pesquisa e Dados Educacionais

**Duana Blach**

Consultora de Políticas Educacionais

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

**Daniel Corrá**

Gerente de Comunicação

**Bruna Rodrigues**

Coordenadora de Comunicação

## ÍNDICE

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO.....</b>	<b>4</b>
<b>1. Cenário de professores temporários nas redes estaduais do Brasil.....</b>	<b>5</b>
<b>1.1 Evolução do número de professores temporários no Brasil.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 Professores temporários nas Unidades da Federação.....</b>	<b>7</b>
<b>1.3 Perfil dos professores temporários das redes estaduais.....</b>	<b>9</b>
a) Idade.....	9
b) Escolaridade.....	10
c) Tempo de atuação como professor.....	10
<b>1.4 Contratação dos professores temporários das redes estaduais.....</b>	<b>11</b>
a) Processos seletivos.....	11
b) Tempo de contrato.....	13
c) Remuneração.....	13
<b>1.5 Análise.....</b>	<b>14</b>
<b>2. Correlação entre as formas de contratação e a qualidade da Educação.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Revisão da literatura.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Análise dos dados brasileiros.....</b>	<b>18</b>
a) Base de dados e metodologia.....	18
b) Resultados.....	20
<b>2.3 Análise.....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>28</b>

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo, conduzido pelo Todos Pela Educação, tem como objetivo **apresentar o cenário de professores temporários nas redes estaduais do Brasil**. Inicialmente, apresenta-se a evolução da contratação temporária ao longo dos anos, mostrando que **pela primeira vez, em 2022, as redes estaduais tinham mais professores temporários do que efetivos**. Este cenário se manteve em 2023, com 51,6% de temporários e 46,5% de efetivos. Em seguida, o estudo mostra o cenário em cada uma das 27 Unidades da Federação. **Em 15 estados há mais docentes temporários do que efetivos** e, de 2020 a 2023, 67% dos estados aumentaram a quantidade de temporários e diminuíram a de efetivos.

O estudo também apresenta dados sobre o perfil dos professores temporários. Em 2020, entre os temporários, cerca de 32% tinham até 34 anos. Embora sejam mais jovens que os efetivos, **é pequena a parcela de docentes que estariam, em tese, em início de carreira**. Além disso, 43,6% dos docentes temporários atuam há pelo menos 11 anos como professor, **indicando que os contratos temporários são parte da realidade das redes de ensino e estão sendo utilizados para compor o corpo docente fixo**. Também são apresentados dados sobre os processos seletivos para contratação de professores temporários nas redes estaduais que, de maneira geral, **utilizam apenas critérios relacionados à titulação e experiência profissional prévia**.

O estudo ainda discute os potenciais impactos que vínculos de caráter temporário podem ter na Educação brasileira. Inicialmente, é feita uma breve revisão da literatura internacional, que aponta para resultados mistos, a depender do país de análise, do contexto de contratação e das condições de trabalho dos professores. Por outro lado, em cenários onde os professores contratados são sistemicamente desvalorizados, mal pagos e recebem uma formação ruim, eles podem estar associados a piores resultados de aprendizado dos estudantes. Olhando para o contexto brasileiro, ainda são poucos os estudos que abordam essa questão, mas eles têm apontado para **uma correlação entre a contratação temporária e o menor rendimento dos alunos em avaliações externas**, tanto na disciplina de Língua Portuguesa quanto em Matemática.

Três aspectos podem explicar os possíveis impactos negativos de professores temporários sobre os resultados dos estudantes: a **alta rotatividade docente** - que pode prejudicar o vínculo com a comunidade escolar e o efetivo desenvolvimento dos estudantes - os **processos seletivos utilizados pelas redes de ensino**, que em sua maioria não utilizam boas etapas de seleção e as **condições de trabalho dos professores** - que podem ser piores que a dos efetivos.

Diante desse contexto, o estudo apresenta uma análise estatística que correlaciona o **tipo de contratação e os resultados de aprendizagem dos estudantes** no contexto brasileiro. Utilizando dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do 9º do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, identificou-se que, **tanto para a disciplina de Língua Portuguesa quanto para de Matemática, o fato de um estudante ter um professor temporário está associado a um desempenho menor na avaliação**, mesmo quando levado em conta fatores como o nível socioeconômico e a raça/cor dos estudantes.

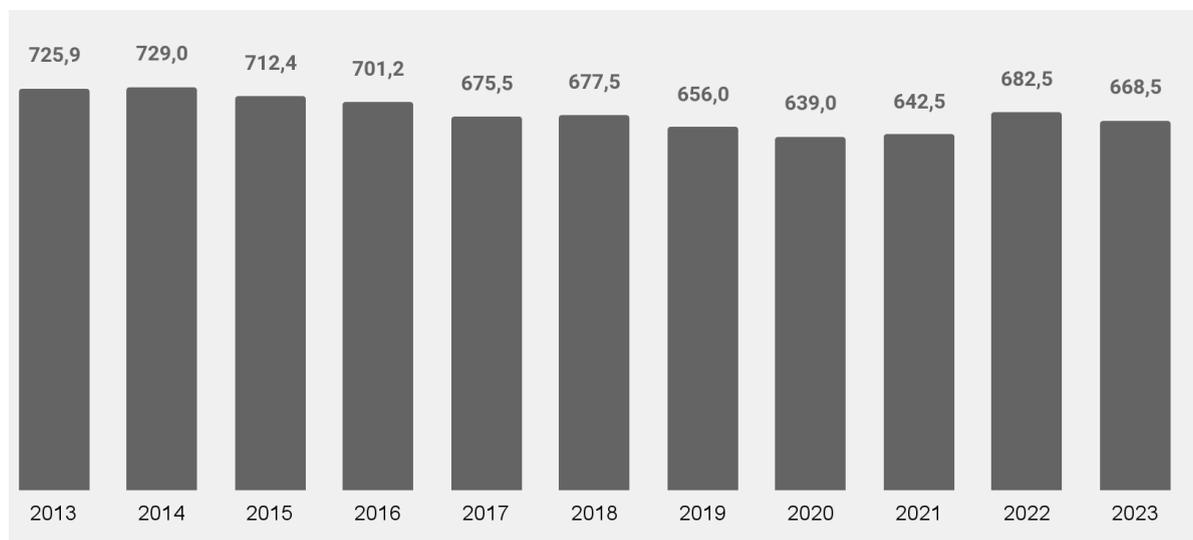
É importante destacar, todavia, que os efeitos negativos observados **não devem ser interpretados como um alerta contra esses profissionais ou analisados sob uma perspectiva de culpabilização do professor**. Devem, pelo contrário, **suscitar um debate sobre esse regime de contratação e a qualidade das políticas públicas de seleção, alocação, remuneração e formação para esses profissionais**, já que há uma baixa valorização e profissionalização dos docentes temporários no Brasil.

## 1. Cenário de professores temporários nas redes estaduais do Brasil

### 1.1 Evolução do número de professores temporários no Brasil

Entre 2013 e 2023, o número total de professores nas redes estaduais teve redução de aproximadamente 57 mil docentes, o que representa uma diminuição de 7,9%. O movimento parece estar alinhado à diminuição gradativa no número de matrículas na Educação Básica, devido à dinâmica demográfica brasileira e à melhoria do fluxo escolar dos estudantes (aumento nas taxas de aprovação e redução da evasão escolar). No entanto, no período mais recente (entre 2020 e 2023), houve um aumento no quadro, com um acréscimo de quase 30 mil professores, sendo o mais expressivo no ano de 2022.

**Figura 1.** Quantidade de docentes nas redes estaduais no Brasil - 2013 a 2023 (em milhares)



Fonte: MEC/Inep - Sinopse Estatística da Educação Básica. Elaboração: Todos Pela Educação.

Esse crescimento entre 2020 e 2023, mostrado pela Figura 1, deve-se principalmente ao aumento das contratações temporárias de professores nas redes estaduais. Nesse período, a quantidade de professores temporários cresceu 41%, enquanto o quadro efetivo teve uma queda de 17%. Devido a esses movimentos em sentidos opostos, em 2022 a quantidade

professores temporários das redes estaduais superou, pela primeira vez, a quantidade de efetivos, dado que se manteve em 2023.

**Figura 2.** Quantidade de docentes da rede estadual no Brasil, por tipo de contratação (em milhares) - 2013 a 2023<sup>1,2</sup>



Fonte: MEC/Inep - Sinopse Estatística da Educação Básica. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Os percentuais do gráfico não somam 100% porque, além dos dois regimes de contratação analisados, há também os regimes de contratação via CLT e terceirização.

A quantidade de professores temporários tem crescido desde 2013, apesar de algumas oscilações. Já a quantidade de efetivos tem caído consistentemente ao longo desses 10 anos. No período de 2013 a 2023 houve aumento de 126 mil professores temporários (55% de crescimento) e redução de cerca de 184 mil professores efetivos (36% de queda).

Vale ressaltar que, nas redes municipais, o número de efetivos ainda é superior à quantidade de temporários - em 2023 eram cerca de 822 mil efetivos (63%) e 440 mil temporários (34%)<sup>3</sup>. Apesar disso, entre 2020 e 2023, houve 47% de aumento no quadro de temporários e 2% de queda no quadro efetivo nas redes municipais.

<sup>1</sup> Cerca de 2% dos professores são contratados terceirizados ou CLT e não estão contemplados na Figura 2. A totalidade dos professores (equivalente a 100%) considera a soma de professores efetivos, temporários, terceirizados e CLT.

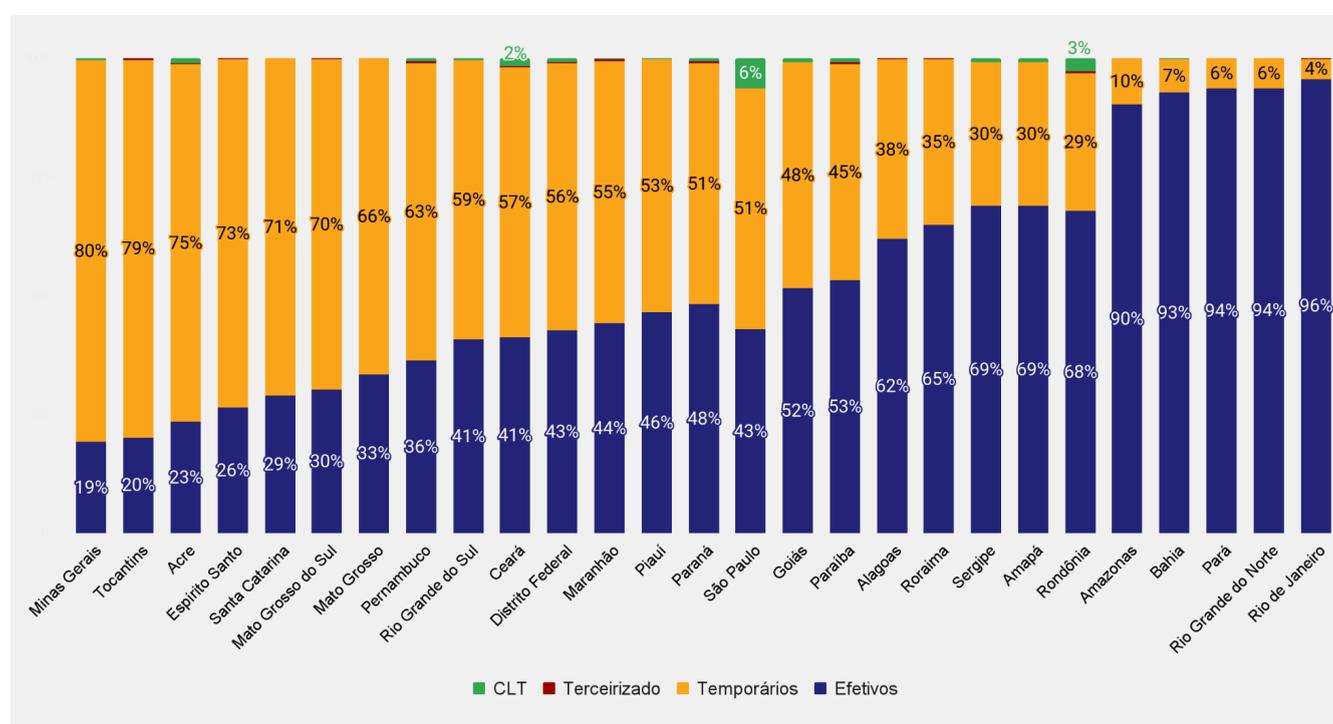
<sup>2</sup> A soma dos valores da Figura 2 não corresponde ao total de professores apresentados na Figura 1, pois aqui os professores podem ser contados duas vezes, já que podem ter mais de um vínculo.

<sup>3</sup> O somatório das porcentagens não resulta em 100% por conta dos professores contratados de forma terceirizada ou CLT.

## 1.2 Professores temporários nas Unidades da Federação

A proporção de docentes temporários e efetivos varia muito de acordo com a Unidade Federativa. Em 2023, 15 UFs possuíam mais professores temporários que efetivos e 12 possuíam mais efetivos que temporários<sup>4</sup>, conforme apresentado pela Figura 3.

**Figura 3.** Quantidade de docentes da rede estadual no Brasil, por tipo de contratação (em milhares) - 2023

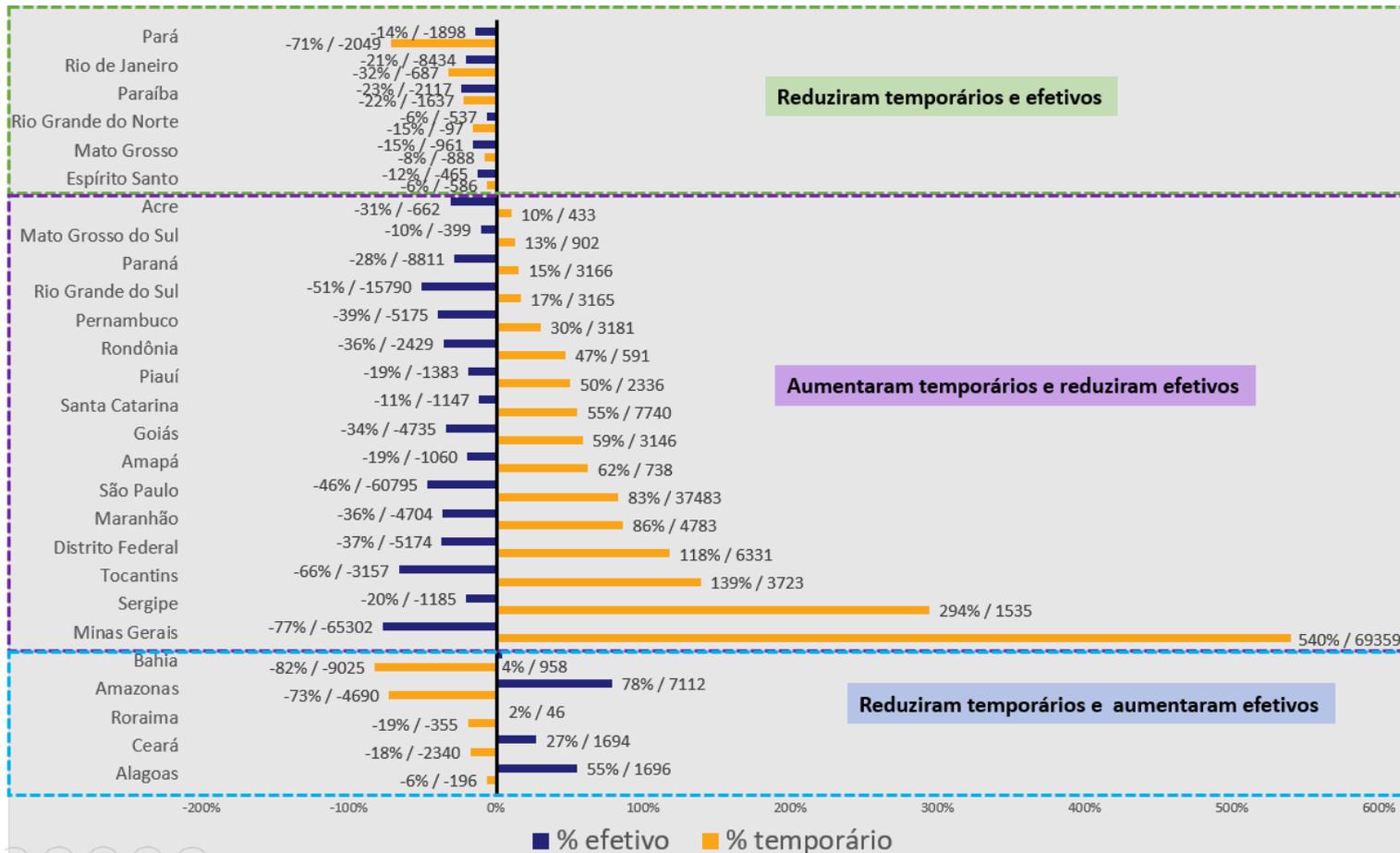


Fonte: MEC/Inep - Sinopse Estatística da Educação Básica. Elaboração: Todos Pela Educação.

A evolução ao longo da última década nos quadros de efetivos e temporários também não ocorreu de maneira homogênea nas diferentes Unidades Federativas brasileiras. Mas apesar de terem trajetórias distintas, existe um movimento comum: 16 UFs (cerca de 60%) tiveram aumento no quadro de temporários e redução do quadro efetivo em algum nível, como mostra a Figura 4.

<sup>4</sup> A Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como uma das estratégias (18.1) que 90% dos profissionais do magistério ocupem cargos efetivos. Nas redes estaduais, apenas cinco estados estariam alinhados a essa estratégia (Amazonas, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro).

**Figura 4.** Variação no quadro docente da rede estadual de ensino entre 2013 e 2023



Fonte: MEC/Inep - Censo Escolar da Educação Básica (2013 e 2023). Elaboração: Todos Pela Educação.

Vale ressaltar que a Figura 4 representa visualmente a variação percentual (aumento ou redução percentual na quantidade de professores em 2023, em relação a 2013). Os valores absolutos de aumento e redução também são exibidos à direita dos valores percentuais. Para exemplificar: no Pará, primeiro estado que aparece no gráfico, o quadro de efetivos (barras azuis) teve redução de 14% entre 2013 e 2023, o que corresponde a 1.898 professores a menos. O quadro de temporários (barras amarelas) teve uma diminuição de 71%, correspondendo a 2049 professores a menos.

## 1.3 Perfil dos professores temporários das redes estaduais

A partir dos dados do Censo Escolar de 2020<sup>5</sup> e do questionário dos professores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021, foi possível traçar um perfil dos professores temporários nas redes estaduais brasileiras. A seguir, serão analisados os dados referentes à idade, raça/cor, escolaridade, tempo de atuação como professor e número de escolas de atuação.

### a) Idade

Há um envelhecimento do quadro docente tanto entre os temporários como também entre os efetivos ao longo dos anos. A média de idade dos professores com contratos temporários passou de 36 anos, em 2011, para 40, em 2020. No mesmo período, entre os efetivos, foi de 43 para 46 anos. Estes dados estão na tabela 1.

Além disso, pode-se perceber que, em 2020, dentre os temporários, cerca de 32% tinham até 34 anos. Embora sejam mais jovens que os efetivos, é pequena a parcela de docentes que estariam, em tese, em início de carreira.

Em 2020, dentre os efetivos, 35,9% tinham mais de 50 anos. Isso indica a possibilidade de aposentadoria desses professores nos próximos anos. Isso pode acentuar ainda mais o movimento de redução da quantidade de efetivos nos anos seguintes, caso as redes não adotem mecanismos para suprir essa demanda, tais como a realização de novos concursos públicos.

**Tabela 1.** Idade dos professores da rede estadual

Informações sobre idade (em 2020)	Temporários	Efetivos
Média de idade	40 anos	46 anos
% de pessoas com até 34 anos	32,3%	11,2%
% de pessoas com mais de 50 anos	19,3%	35,9%

Fonte: MEC/Inep - Microdados do Censo Escolar da Educação Básica (2011 a 2020). Elaboração: Todos Pela Educação.

<sup>5</sup> Nesta seção, são utilizados dados do Censo Escolar de 2020, pois é o último ano em que é possível fazer a diferenciação entre professores temporários e efetivos nos microdados disponibilizados.

## **b) Escolaridade**

Proporcionalmente, professores temporários têm menor escolaridade que efetivos. Em 2020, 93,5% dos professores temporários possuíam curso superior, enquanto essa proporção era de 98,8% dentre os efetivos.

A proporção de professores temporários com alguma Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em 2020 era de 40,5%. Dentre os efetivos essa proporção era de 56,7%. A meta 16 do Plano Nacional de Educação previa que 50% dos professores da Educação Básica se formassem em nível de Pós-graduação até 2024. Portanto, nas redes estaduais, essa meta seria alcançada no quadro de efetivos, mas não no quadro de temporários. Considerando todas as redes estaduais, em 2020, o Brasil teria 49,9% dos professores com Pós-graduação.

## **c) Tempo de atuação como professor**

A análise do questionário do professor do Saeb de 2021 permite identificar há quanto tempo os professores atuam em sala de aula. Ainda que existam algumas limitações nessa análise, como o fato de nem todos os professores da rede pública terem respondido esse questionário e que os dados agregam docentes das redes estaduais e municipais, é possível observar uma tendência relevante.

Conforme apresentado pela tabela 2, 43,6% dos docentes temporários atuam há pelo menos 11 anos como professor. Esses dados indicam que os contratos temporários não estão sendo utilizados nas redes de ensino apenas para suprir uma demanda pontual e emergencial, mas para, de fato, compor o corpo docente fixo de profissionais do magistério que trabalham nas escolas. Além disso, 83,7% dos professores efetivos atuam há pelo menos 11 anos, indicando que há pouca renovação recente do quadro docente via contratação efetiva.

**Tabela 2.** Anos de atuação como professor - rede pública (2021)

Anos de atuação como professor	Temporários	Efetivos
Menos de 1 ano	7,6%	0,4%
De 1 a 2 anos	6,0%	0,8%
De 3 a 5 anos	17,0%	3,5%
De 6 a 10 anos	25,8%	11,5%
De 11 a 15 anos	20,0%	18,0%
De 16 a 20 anos	11,0%	20,3%
De 21 a 25 anos	6,5%	23,1%
Mais de 25 anos	6,1%	22,3%

Fonte: MEC/Inep - Microdados do questionário do Saeb - professor (2021). Elaboração: Todos Pela Educação.

## 1.4 Contratação dos professores temporários das redes estaduais

Nesta seção, foram analisados os editais referentes aos processos seletivos para contratação de professores por tempo determinado e legislações estaduais sobre a contratação de temporários. A partir desses dados, foi possível sistematizar os principais critérios utilizados para seleção de professores temporários, o tempo de contratação utilizado pelas redes e a remuneração destinada aos docentes temporários, numa comparação com a remuneração inicial de professores em cargos efetivos. Esses aspectos serão detalhados a seguir.

### a) Processos seletivos

Os processos seletivos para contratação de professores temporários no Brasil são, em termos gerais, simplificados. Ao analisar os últimos processos nas Unidades Federativas brasileiras, observa-se que os principais critérios utilizados para contratação estão relacionados à titulação - podendo considerar diferentes tipos de cursos (graduação, especialização, mestrado, doutorado) - e experiência profissional prévia - principalmente relacionada aos anos de docência, podendo considerar especificidades de etapa e disciplina.

Alguns poucos processos possuem provas teóricas, com questões objetivas e/ou discursivas, e apenas 2 estados utilizam alguma prova prática, principalmente relacionada a apresentação de planos de aula.

**Tabela 4.** Critérios utilizados nos processos seletivos das redes estaduais<sup>6</sup>

<b>Critérios classificatórios</b>	<b>Número de estados que utilizam o critério</b>
<b>Análise de titulação</b>	23 estados
<b>Análise de experiência profissional prévia</b>	19 estados
<b>Prova Teórica (objetiva e/ou dissertativa)</b>	5 estados
<b>Prova Prática</b>	2 estados

Fonte: Editais dos processos seletivos de temporários das redes estaduais referentes a junho de 2023. Dois estados não tiveram informações encontradas (Tocantins e Paraíba). Portanto, os dados referem-se a 25 processos seletivos. Elaboração: Todos Pela Educação.

Em 84% dos processos, ter concluído a graduação é um requisito mínimo para a seleção. Algumas redes permitem a contratação de estudantes cursando Ensino Superior, a partir da segunda metade do curso.

Além das etapas de seleção, também foi possível analisar o tipo de reserva de vagas adotado por cada processo seletivo:

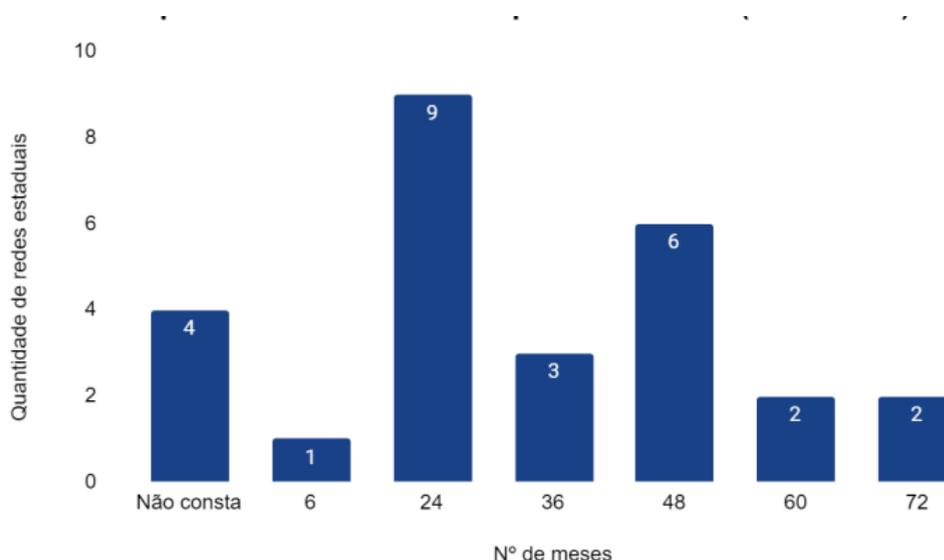
- 23 processos seletivos analisados explicitam no edital o percentual de vagas reservadas para pessoas com deficiência. Os demais citam apenas “reservas de vagas”. O percentual de vagas reservadas varia entre 5% e 20%. A maioria das UF’s (60%) reservam 5%.
- Dos 25 processos avaliados, 7 possuem ações afirmativas para ampliação de vagas para indígenas e para pessoas negras, outros 2 apenas para pessoas negras e 1 apenas para indígenas.
- Um dos processos seletivos reserva vagas para pessoas trans e outro reserva vagas para “hipossuficientes econômicos”.

<sup>6</sup> A somatória não é 25 pois cada estado pode utilizar mais de um critério de seleção

## b) Tempo de contrato

A análise das legislações estaduais permitiu a identificação do tempo máximo de contrato, previsto em lei, para professores temporários. Conforme apresentado pela figura 5, há algumas variações entre as redes, mas na maioria delas o tempo máximo de contrato é de 2 ou 4 anos. Em 2 redes, há a possibilidade da contratação temporária durar até 6 anos.

**Figura 5.** Tempo máximo de contrato previsto em lei - em meses



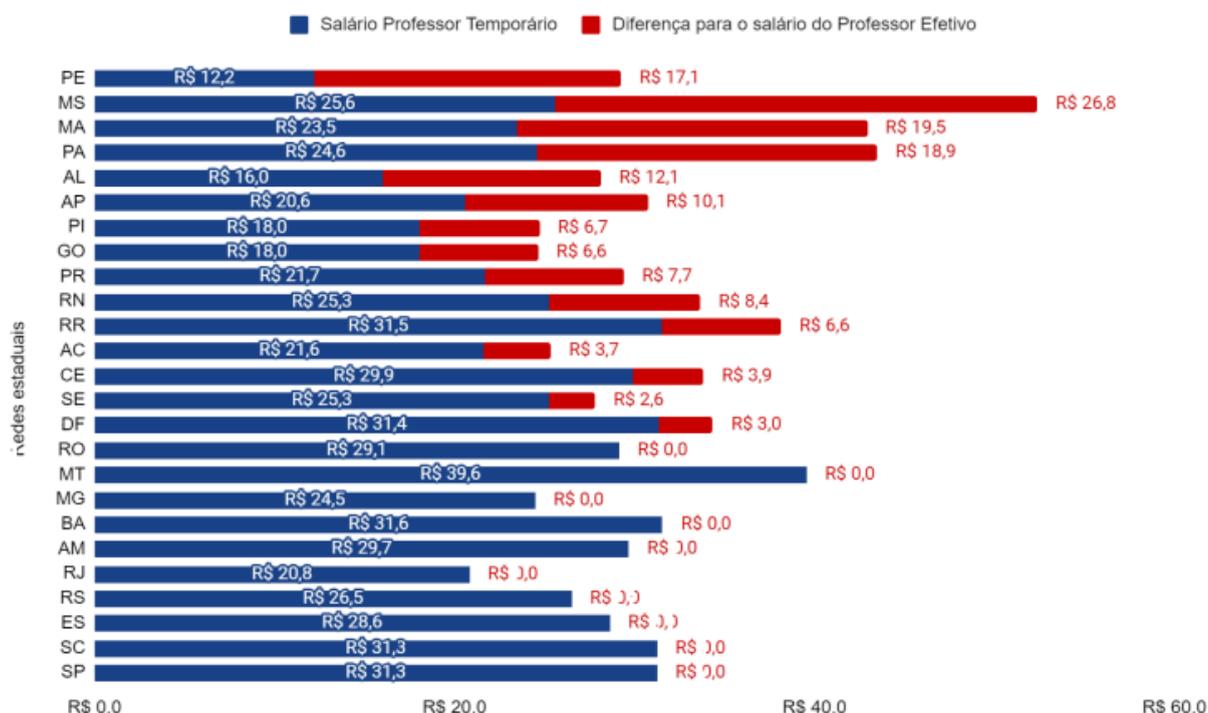
Fonte: Análise dos contratos de professores temporários das Unidades da Federação conduzida pelo Movimento Profissão Docente.

## c) Remuneração

A partir da análise das legislações estaduais, também foi possível verificar a remuneração dos professores temporários e compará-la com a remuneração de professores efetivos em início de carreira, como mostra a figura 6.

Há 15 redes em que o salário dos professores temporários, calculados por hora, é menor que o de professores efetivos em início de carreira, chegando a uma diferença de até 140%, no caso de Pernambuco. Nas outras 10 redes analisadas, não há diferença.

**Figura 6.** Diferença entre o salário de um professor temporário e o salário inicial de um professor efetivo, por hora, em cada rede estadual



Fonte: Análise dos contratos de professores temporários das Unidades da Federação conduzida pelo Movimento Profissão Docente. Foram analisados os últimos editais disponíveis entre 2020 e 2022.

## 1.5 Análise

Contratar professores temporários é um recurso legal que pode ser utilizado para atendimento de excepcional interesse público<sup>7</sup>, permitindo flexibilidade no planejamento para as redes de ensino e sendo um instrumento importante para garantir que a demanda por professores das redes de ensino seja suprida. No entanto, o conjunto de dados aqui apresentado mostra que a contratação por tempo determinado não está sendo utilizada

<sup>7</sup> De acordo com o Art. 37 da Constituição Federal brasileira:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

apenas para contratações excepcionais. Isto é um ponto crítico que, na visão do Todos Pela Educação, merece ser revertido ao longo dos próximos anos.

Além disso, os dados reforçam a necessidade de atenção à qualidade dos processos seletivos utilizados nessas contratações. Ao observar os critérios técnicos utilizados nas seleções de temporários verifica-se, em termos gerais, que existe uma fragilidade em relação à qualidade dos processos seletivos, na medida em que provas teóricas e práticas são pouco frequentes e muitos não levam em conta critérios de ações afirmativas, elemento central para ampliar a diversidade do quadro de docentes no Brasil. Os principais critérios utilizados são a titulação e os anos de experiência na docência, o que privilegia apenas os professores mais experientes e não avaliam a prática e/ou o conhecimento pedagógico, ou seja, não necessariamente são bons preditores da qualidade da prática pedagógica de um professor.

Há outro desafio que diz respeito ao tempo de contratação. Em nove redes estaduais, o tempo de contrato de professores temporários é de apenas 24 meses, ou seja, os docentes têm que passar por um processo constante de seleção a cada 2 anos e, em muitos casos, eles não são remunerados no intervalo entre os contratos. Contratos mais longos, com avaliações de desempenho anuais, pode ser um caminho mais interessante para garantir uma estabilidade e qualidade mínima.

Outro ponto de atenção refere-se à baixa valorização e profissionalização dos professores contratados. Em 15 redes de ensino analisadas, os docentes temporários recebem uma remuneração menor do que os professores efetivos em início de carreira. Essa diferença pode ser, inclusive, um dos motivos relacionados ao aumento no número de professores temporários, que podem ser menos onerosos para o estado, já que estes docentes não estão dentro da carreira e, ao se aposentar, não entram na previdência estadual. Além disso, em algumas redes, é comum que professores temporários não tenham os mesmos direitos trabalhistas e benefícios dos efetivos.

## 2. Correlação entre as formas de contratação e a qualidade da Educação

### 2.1 Revisão da literatura

Esta subseção apresenta uma breve análise de estudos que mostram os impactos de professores temporários (em inglês, mais comumente chamados de “contract teachers”) na Educação, em especial na aprendizagem dos estudantes.

A literatura internacional aponta para resultados mistos, tanto positivos quanto negativos, a depender do país de análise, do contexto de contratação e das condições de trabalho dos professores. Em cenários em que os professores contratados são sistematicamente desvalorizados, mal pagos e recebem uma formação ruim, eles normalmente estão associados a piores resultados de aprendizado dos estudantes.<sup>8,9,10,11</sup>

Olhando para o contexto brasileiro, ainda são poucos os estudos que abordam a relação entre professores temporários e o desempenho dos estudantes, mas eles têm apontado para efeitos negativos de contratação de docentes temporários sobre o rendimento dos alunos em avaliações externas, tanto na disciplina de Língua Portuguesa quanto em Matemática<sup>12,13</sup>.

É importante destacar, todavia, que os efeitos negativos observados para os professores temporários, de acordo com os estudos, não devem ser interpretados como um alerta contra esses profissionais. Devem, pelo contrário, suscitar um debate sobre esse regime de

<sup>8</sup> Bourdon, J; Frölich, M. e Michaelowa, K (2007). Teacher Shortages, Teacher Contracts and their Impact on Education in Africa. Disponível em: <https://docs.iza.org/dp2844.pdf>

<sup>9</sup> Duthilleul, Y (2005). Lessons Learnt in the use of “contract” teachers. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED495404.pdf>

<sup>10</sup> Fyfe, A (2007). The use of contract teachers in developing countries: Trends and impact. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---sector/documents/publication/wcms\\_160813.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_160813.pdf)

<sup>11</sup> Chudgar, A.. 2015. “Association between Contract Teachers and Student Learning in Five Francophone African Countries.” *Comparative Education Review* 59 (2): 261–88.

<sup>12</sup> Nascimento, C.B. (2014). Professores em regime de contrato temporário: uma análise do impacto no rendimento dos alunos das escolas públicas estaduais do Ceará. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15096/1/2014\\_dissert\\_cbnascimento.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15096/1/2014_dissert_cbnascimento.pdf)

<sup>13</sup> Marotta, L. (2019). Teachers’ Contractual Ties and Student Achievement: The Effect of Temporary and Multiple-School Teachers in Brazil

contratação e a qualidade das políticas públicas de seleção, alocação, remuneração e formação docente.

Ainda sobre o contexto do Brasil, dois aspectos são apontados na literatura como possíveis explicações sobre a associação entre professores temporários e os resultados dos estudantes: a alta rotatividade docente e os processos seletivos utilizados pelas redes de ensino.

Em relação à rotatividade, docentes com contratos temporários têm chances maiores de mudar de escola com frequência, pois os contratos são curtos — em sua maioria de 1 a 2 anos — o que prejudica o vínculo com a comunidade escolar e o efetivo desenvolvimento dos estudantes, impactando o seu desempenho nas avaliações<sup>14,15,16,17,18</sup>.

Além da rotatividade, os processos de seleção utilizados para contratar professores temporários no Brasil também podem ter relação com impactos negativos desse tipo de contratação. Conforme foi mencionado na Seção 1, grande parte dos processos seletivos das redes estaduais de ensino avaliam apenas a titulação e a experiência profissional dos candidatos. No entanto, a literatura aponta que apenas a análise de titulação não é um bom critério para selecionar os melhores professores. Já a experiência profissional mostra-se importante, mas deve ser considerada como parte de um processo mais amplo de seleção que inclua, por exemplo, provas práticas e entrevistas<sup>19,20</sup>.

---

<sup>14</sup> Sorensen, L. C. e Ladd, H. F. (2020). The Hidden Costs of Teacher Turnover. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/2332858420905812>

<sup>15</sup> Ronfeldt, M.; Loeb, S e Wyckoff, J. (2013). How teacher turnover harms student achievement. Disponível em: <https://cepa.stanford.edu/sites/default/files/TchTrnStAch%20AERJ%20RR%20not%20blind.pdf>

<sup>16</sup> Hanushek, E. A., Rivkin, S. G., & Schiman, J. C. (2016). Dynamic effects of teacher turnover on the quality of instruction. Disponível em: <https://hanushek.stanford.edu/sites/default/files/publications/Hanushek%2BRivkin%2BSchiman%202016%20OER%2055.pdf>

<sup>17</sup> Biondi, R.L e Felício, F. (2007). Atributos escolares e o desempenho dos estudantes:uma análise em painel dos dados do Saeb. Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3856/3544>

<sup>18</sup> Peixoto, A.G. (2020). Rotatividade docente e desempenho escolar no Brasil: uma análise para o período de 2008-2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/67678/R%20-%20D%20-%20AMANDA%20GENTIL%20PEIXOTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<sup>19</sup> Coenen et al (2014). Disponível em: <https://pure.uva.nl/ws/files/46920374/1602674.pdf>

<sup>20</sup> Biondi, R.L e Felício, F. (2007). Atributos escolares e o desempenho dos estudantes:uma análise em painel dos dados do Saeb. Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3856/3544>

Além disso, no contexto brasileiro, os professores temporários, em algumas redes, têm condições de trabalho piores que os professores efetivos — como alocação em turmas mais desafiadoras, remuneração menor e menos formação continuada — o que também pode ajudar a explicar alguns efeitos negativos desse tipo de contratação.

Tendo em vista esse cenário e os efeitos negativos apontados pela literatura, surge um importante questionamento: qual é a relação entre a contratação de professores temporários e o aprendizado dos estudantes do Brasil? A seção 2.2 tentará responder a isso com os dados disponíveis mais recentes.

## 2.2 Análise dos dados brasileiros

Esta subseção tem como objetivo apresentar um exercício estatístico que busca analisar a relação entre o tipo de contratação docente e os resultados de aprendizagem dos estudantes, utilizando dados do Saeb. A seguir, apresentamos a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

### a) Base de dados e metodologia

Para esta análise, utilizou-se a base de microdados do Saeb de 2017 a 2021, tendo como foco as escolas da rede pública estadual do Brasil. Optou-se por analisar o desempenho acadêmico dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, onde estão mais concentradas as matrículas das redes estaduais.

Em relação aos estudantes, foram utilizados os dados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e o questionário contextual para a criação de uma variável sintética referente ao indicador socioeconômico<sup>21</sup>. Para os dados relativos aos professores, utilizaram-se as perguntas contextuais ao nível do professor e a pergunta relacionada ao tipo de vínculo empregatício. O cruzamento das bases é feito a partir das variáveis que informam a turma, a série escolar e o código da escola e a análise é realizada para cada etapa e ano separadamente.

Para que se possa avaliar a correlação dos docentes temporários com os resultados de aprendizagem, é utilizado um modelo econométrico de regressão linear múltipla, com os dados *cross section* (dados em corte) com a utilização de variáveis *dummies* (categóricas). Neste modelo, é possível estimar a diferença média nas notas dos alunos entre aqueles que

---

<sup>21</sup> Utilizou-se da mesma metodologia adotada pelo INEP. A metodologia está descrita em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>

tiveram professores temporários e aqueles com professores efetivos, controlando para outras variáveis relevantes<sup>22</sup>. O quadro a seguir apresenta as variáveis utilizadas na regressão:

**Quadro 1.** Variáveis utilizadas na regressão múltipla

Variável	Descrição
Proficiência	Proficiência do aluno em Matemática e Língua Portuguesa no Saeb
Situação de trabalho	Professor temporário = 1; professor concursado (efetivo) = 0
Leciona apenas nessa escola	Professor Leciona apenas em uma única escola = 1; c.c =0
Preto/Pardo	Aluno se declara preto ou pardo = 1; c.c =0
Raça/cor não declarada	Aluno não declara sua raça/cor = 1; c.c =0
NSE Aluno	Indicador socioeconômico do aluno
Reprovação	Aluno reprovou pelo menos uma vez = 1; c.c =0
UF	Variável binária 1 ou 0 para identificar a UF do aluno

A variável dependente (endógena), é representada pela proficiência escolar para as duas disciplinas, enquanto as variáveis explicativas (exógenas) referem-se às características dos alunos e dos professores. Assim, o modelo econométrico é representado pela equação que demonstra o desempenho escolar da seguinte forma:

$$Y_{igt} = X_{gt}\beta + Z\gamma + \theta + \epsilon$$

Onde:

$Y_{igt}$  = proficiência do aluno  $i$  na série  $g$  no ano  $t$ .

$X$  = matriz de variáveis de controle relacionadas às características dos alunos e professores na série  $g$  no ano  $t$ .

$Z$  = *dummy* que informa a situação de trabalho do docente em relação ao seu regime de trabalho, sendo 1 para o caso de professor temporário e 0 caso ele seja efetivo/concursado. Vale

<sup>22</sup> A metodologia usada foi baseada em:

NASCIMENTO, Cláudio Bento do. Professores em regime de contrato temporário: uma análise do impacto no rendimento dos alunos das escolas públicas estaduais do Ceará. 2014. Dissertação.

ressaltar que professores fora dessas categorias, e conseqüentemente a proficiência de seus alunos, não são considerados nesta análise.

$\gamma$  = variável de interesse

$\theta$  = *dummy* para controlar o efeito para cada estado da federação.

$\epsilon$  = termo de erro, que representa as características que não são possíveis de serem observadas associadas ao desempenho escolar e que não estão sendo captadas pelo conjunto de variáveis explicativas integrantes do modelo.

## b) Resultados

A tabela 5 apresenta o resultado da regressão em relação a variável de interesse para cada um dos anos analisados.

**Tabela 5.** Diferença na pontuação do Saeb dos estudantes que tiveram, no ano, aulas com professores temporários nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa *versus* estudantes que tiveram aula com docentes efetivos<sup>23</sup>

Ano de aplicação do Saeb	9º ano do Ensino Fundamental		3ª série do Ensino Médio	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
2015	-2,2	-2,5	Não significativo	Não significativo
2017	-3,3	-3,8	-3,8	-4,2
2019	-3,1	-3,3	-5,5	-5,6
2021	-2,1	-2,6	-4,5	-3,3

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Saeb de 2015 a 2021. Nota: Os resultados apresentados são significativos a 5%.

Ao analisar os resultados do 9º ano disponíveis na Tabela 5, é possível verificar que o fato de um estudante ter um professor temporário tem uma relação, em média, negativa com o seu desempenho, quando comparado àqueles alunos com características semelhantes que tiveram aulas com docentes efetivos. Isso vale para todos os anos observados e para as duas disciplinas. Em 2019, por exemplo, cujos resultados de aprendizagem ainda não tinham sido impactados pela pandemia, os estudantes que tiveram professores temporários no 9º ano

<sup>23</sup> Os resultados detalhados podem ser encontrados no [Anexo I](#) deste documento.

obtiveram uma nota, em média, 3,1 pontos menor em Matemática do que os estudantes que tiveram aulas com docentes efetivos.

De maneira similar ao que foi observado para 9º ano, os resultados para os alunos do Ensino Médio que têm professores temporários também é menor, com exceção de 2015, em que as diferenças são nulas. Ao analisar os dados de 2019, por exemplo, os estudantes que tiveram aulas com professores temporários obtiveram uma nota, em média, 5,5 pontos menor em Matemática e 5,6 pontos menor em Língua Portuguesa do que os estudantes que tiveram aulas com docentes efetivos.

É importante frisar que essa análise precisa ser observada com cautela. Ela pode ter vieses, uma vez que outras variáveis não consideradas podem impactar o regime de contratação e a proficiência dos estudantes. Além disso, ela não consegue isolar por completo o efeito do regime de contratação temporária no resultado dos estudantes e não implica em um efeito causal. A análise precisa ser vista como um exercício estatístico que mostra que alunos com professores temporários tendem a ter proficiências menores no Saeb quando comparados com estudantes com características semelhantes.

É possível deixar esses dados ainda mais concretos ao relacionar a pontuação do Saeb com o que tipicamente um estudante aprende ao longo de cada etapa. Dessa forma, compreende-se a correlação negativa dos professores temporários com a aprendizagem dos alunos em termos de dias letivos, ou seja, o quanto as notas menores no Saeb representam em termos de dias a menos de aprendizado, conforme apresentado pela Tabela 6<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> É importante destacar que esse tipo de cálculo pretende traduzir, de forma mais concreta, o que significa uma redução nas notas no Saeb. É um cálculo, portanto, que pode nos dar um norte, mas que não explica todo o contexto, uma vez que ele não considera outros fatores que influenciam no desempenho dos estudantes.

**Tabela 6.** Correlação entre professores temporários e a aprendizagem dos estudantes, em termos de dias letivos a menos em comparação com estudantes que tiveram professores efetivos<sup>25</sup>

Ano de aplicação do Saeb	9º ano do Ensino Fundamental		3ª série do Ensino Médio	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
2015	38	32	Não significativo	Não significativo
2017	56	47	175	149
2019	59	49	248	157
2021	42	45	333	135

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Saeb de 2015 a 2021.

Os dados da Tabela 6 mostram a relação entre a contratação de um professor temporário e a aprendizagem dos estudantes, em termos de dias letivos. Em 2019, na 3ª série do Ensino Médio, estudantes que tiveram aulas com professores temporários na disciplina de matemática tiveram, em média, um nível de proficiência que pode ser representado por 248 dias letivos a menos do que seus pares, ou seja, mais de um ano letivo a menos.

## 2.3 Análise

A partir da revisão da literatura e de um olhar específico para o contexto brasileiro, por meio do estudo realizado com dados recentes do Saeb, é possível concluir **que, na média, há uma correlação negativa entre o regime de contratação temporária e a aprendizagem dos estudantes**. A análise apresentada na seção 2.2 revela que o tipo de contratação docente está relacionada a um resultado negativo no desempenho dos estudantes nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb. Duas hipóteses podem ajudar a explicar esses resultados:

**(I) Modelo de contratação precário:** o modelo de contratação de professores temporários é, ainda, precarizado. Os docentes, em geral, são selecionados para atuar com contratos de dois anos, sem saber se terão ou não seus vínculos renovados após a vigência desse período. É comum, também, que os professores temporários tenham que trocar diversas vezes de

<sup>25</sup> A metodologia utilizada para esse cálculo foi baseada em De Barros, Ricardo Paes *et al.* Promovendo o desempenho educacional via melhorias na gestão escolar: o caso do programa jovem de futuro. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 51, n. 3, 2021.

O passo a passo do cálculo pode ser encontrado no [Anexo II](#) deste documento.

escola, o que gera um ampla rotatividade - fator que se mostra prejudicial à aprendizagem dos estudantes.

Por vezes, há também a necessidade de trabalhar em múltiplas escolas para complementar sua carga horária, o que também pode prejudicar o vínculo com os estudantes. Além disso, esse tipo de contratação não garante benefícios trabalhistas (como 13º salário e férias remuneradas) aos docentes e, em diversas redes, eles recebem menos que os professores com vínculo efetivo em início de carreira. Por fim, muitas redes não oferecem as mesmas oportunidades de formação continuada aos professores temporários.

**(II) Processos seletivos frágeis:** conforme já mencionado neste estudo, os processos de seleção de professores temporários no Brasil, em geral, são muito frágeis, uma vez que não contam com critérios de avaliação que mostram-se, segundo a literatura, como bons preditores para o desempenho dos docentes. Nesse sentido, é válido concluir que, possivelmente, não estão sendo selecionados os melhores candidatos, o que pode impactar negativamente no desempenho dos estudantes.

Essas hipóteses, portanto, mostram que a lógica dos resultados negativos não está relacionada a uma culpabilização do professor, mas sim a fragilidades nas políticas públicas de seleção, alocação, remuneração e formação desses profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de apresentar um panorama dos professores temporários nas redes estaduais do Brasil e discutir seus potenciais impactos na Educação. Os dados mostram que, desde 2022, o número de professores temporários é maior que o de efetivos nas redes estaduais de ensino.

Há pontos positivos que podem ser destacados na utilização desse tipo de contratação, como: (i) a maior garantia de ter o quadro completo de professores, por ter um processo seletivo mais rápido e uma contratação facilitada, suprindo as necessidades de escolas que não conseguem completar seu quadro de professores no ano letivo; e (ii) a maior flexibilidade no manejo do contrato, pois os professores temporários não têm um vínculo de servidor público, o que significa que, em caso de desempenho ruim ou não atendimento às necessidades da escola, é mais fácil fazer mudanças necessárias para garantir maior adequação do corpo docente ao perfil da unidade escolar.

No entanto, essa forma de contratação é utilizada de forma indiscriminada nas redes estaduais e, em um cenário em que mais da metade dos professores são temporários, os impactos negativos na qualidade da Educação podem ser muitos. Esse quadro, todavia, não deve fazer com que as redes de ensino se mobilizem para fazer grandes concursos e reduzam drasticamente o número de professores temporários com pouco planejamento e sem considerar a demanda futura por docentes. O debate educacional brasileiro precisa aprofundar o diagnóstico sobre as razões desse fenômeno, avaliar de forma ampla os seus impactos e discutir as medidas necessárias para superar esse cenário, tanto a nível nacional quanto a nível subnacional.

É importante, ainda, que essa discussão não seja pautada por uma narrativa de culpabilização do professor, mas sim direcionada para a baixa profissionalização desse regime de contratação e as atuais políticas públicas de seleção, alocação, remuneração e formação desses profissionais, que revelam uma baixa valorização dos docentes. O Todos Pela Educação seguirá contribuindo para esse debate tão importante para o futuro da Educação brasileira.

## ANEXO I

### Média das variáveis descritivas para o 9º ano do Ensino Fundamental

9º ano	2015		2017		2019		2021	
	Efetivo	Temporário	Efetivo	Temporário	Efetivo	Temporário	Efetivo	Temporário
SAEB MT	251,44	248,54	251,55	248,22	257,90	255,54	252,44	252,01
SAEB LP	248,78	245,71	253,74	249,93	256,47	253,47	255,11	253,56
Professor leciona apenas nessa escola	54,7%	55,4%	51,7%	54,5%	52,7%	52,6%	54,7%	55,2%
Preto/Pardo (aluno)	64,1%	65,2%	62,7%	63,3%	63,5%	63,5%	83,8%	84,0%
NSE Aluno	5,02	4,90	5,00	4,89	5,01	4,96	5,01	5,02
Reprovou	30,2%	32,3%	5,7%	6,2%	25,6%	26,1%	22,3%	22,0%

### Média das variáveis descritivas para a 3ª série do Ensino Médio

3ª série	2015		2017		2019		2021	
	Efetivo	Temporário	Efetivo	Temporário	Efetivo	Temporário	Efetivo	Temporário
SAEB MT	258,77	256,23	257,58	253,57	270,28	266,24	264,89	264,58
SAEB LP	259,99	256,27	258,25	253,23	273,53	268,75	272,09	270,20
Leciona apenas nessa escola	53,7%	51,3%	52,3%	46,6%	53,6%	48,7%	55,7%	51,9%
Preto/Pardo (aluno)	68,5%	71,0%	62,5%	61,2%	64,2%	63,0%	83,4%	85,4%
NSE Aluno	4,73	4,45	4,93	4,79	4,88	4,79	4,94	4,97
Reprovou	31,30%	36,00%	33,10%	36,50%	29,00%	28,20%	24,50%	22,50%

**Diferenças na pontuação do Saeb dos estudantes que tiveram, no ano, aulas com professores temporários nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa versus estudantes que tiveram aula com docentes efetivos - 9º ano do Ensino Fundamental**

Disciplina	2015		2017		2019		2021	
	Matemática	Língua Portuguesa						
Professor Temporário	-2,161*** (0,139)	-2,479*** (0,155)	-3,278*** (0,119)	-3,769*** (0,122)	-3,153*** (0,107)	-3,274*** (0,109)	-2,115*** (0,095)	-2,559*** (0,098)
Professor leciona apenas na escola	0,185* (0,103)	-0,157 (0,112)	0,415*** (0,102)	0,139 (0,104)	0,660*** (0,095)	0,019 (0,097)	0,581*** (0,087)	-0,002 (0,090)
Preto/Pardo (aluno)	-4,752*** (0,111)	-5,820*** (0,115)	-4,597*** (0,110)	-4,907*** (0,113)	-4,900*** (0,104)	-5,993*** (0,105)	8,780*** (0,163)	9,033*** (0,170)
NSE Aluno	7,345*** (0,059)	5,695*** (0,067)	10,094*** (0,058)	8,475*** (0,059)	7,199*** (0,057)	5,046*** (0,058)	7,321*** (0,051)	5,575*** (0,053)
Reprovou	-18,861*** (0,114)	-24,751*** (0,130)	-13,043*** (0,224)	-13,855*** (0,237)	-26,550*** (0,108)	-28,484*** (0,110)	-21,432*** (0,142)	-23,994*** (0,149)
Obs	1,681,810	1,681,810	1,041,392	1,041,392	1,096,315	1,096,315	1,443,919	1,443,919
R-squared	0,115	0,120	0,088	0,113	0,125	0,139	0,118	0,132

Erros padrões entre parênteses (\*\*\*)  $p < 0,01$ , \*\*  $p < 0,05$ , \*  $p < 0,1$

Por concisão dos autores, as variáveis de raça não declarada e as dummies de UF foram removidos do resultados

**Diferenças na pontuação do Saeb dos estudantes que tiveram, no ano, aulas com professores temporários nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa versus estudantes que tiveram aula com docentes efetivos - 3ª série do Ensino Médio**

Disciplina	2015		2017		2019		2021	
	Matemática	Língua Portuguesa						
Professor Temporário	1,184 (1,138)	0,873 (1,306)	-3,807*** (0,245)	-4,185*** (0,247)	-5,506*** (0,147)	-5,641*** (0,145)	-4,466*** (0,142)	-3,340*** (0,144)
Professor leciona apenas na escola	4,273*** (0,997)	4,218*** (1,113)	3,044*** (0,200)	3,109*** (0,205)	3,505*** (0,128)	3,498*** (0,126)	2,833*** (0,130)	3,126*** (0,130)
Preto/Pardo (aluno)	-2,588** (1,181)	-2,825** (1,291)	-5,318*** (0,223)	-5,118*** (0,230)	-7,059*** (0,141)	-7,535*** (0,138)	8,779*** (0,217)	8,830*** (0,213)
NSE Aluno	5,281*** (0,511)	7,236*** (0,615)	7,910*** (0,120)	6,663*** (0,126)	6,924*** (0,076)	4,487*** (0,074)	3,753*** (0,073)	5,836*** (0,073)
Reprovou	-11,444*** (0,838)	-22,349*** (1,051)	-20,318*** (0,206)	-24,016*** (0,213)	-25,772*** (0,142)	-27,291*** (0,140)	-21,773*** (0,180)	-19,949*** (0,177)
Obs	514,574	514,574	407,515	407,515	740,420	740,420	978,849	978,849
R-squared	0,102	0,141	0,123	0,124	0,139	0,128	0,099	0,107

Erros padrões entre parênteses (\*\*\*)  $p < 0,01$ , \*\*  $p < 0,05$ , \*  $p < 0,1$ )

Por concisão dos autores, as variáveis de raça não declarada e as dummies de UF foram removidos do resultados

## ANEXO II

Para calcular correlação entre professores temporários e a aprendizagem dos estudantes, em termos de dias letivos a menos em comparação com estudantes que tiveram professores efetivos, utiliza-se o seguinte passo a passo:

- 1) Calcula-se o ganho aparente de proficiência, a partir da diferença entre as médias dos estudantes do 9º ano e do 5º ano do Ensino Fundamental ou entre as médias dos estudantes da 3ª série e do 9º ano.

### Ganho aparente de proficiência

Ano	Crescimento da nota entre o 5º e o 9º do Ensino Fundamental - Matemática	Crescimento da nota entre o 5º e o 9º do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa	Crescimento da nota entre o 9º e o 3º do Ensino Médio - Matemática	Crescimento da nota entre o 9º e o 3º do Ensino Médio - Língua Portuguesa
2015	45,99	61,64	-	-
2017	46,89	64,06	13,15	17,07
2019	42,63	,53,39	17,76	21,78
2021	33,45	45,72	8,13	15,07

- 2) Em seguida, calcula-se a diferença entre o crescimento médio e o impacto dos professores temporários na nota dos estudantes.
- 3) Por fim, calcula-se o quanto esse impacto representa em dias letivos. Para os Anos Finais do Ensino Fundamental, que é composto por 4 anos (6º, 7º, 8º e 9º), cada ano representa 25% do total do ciclo. Para o Ensino Médio, cada ano representa 33% do total da etapa. Cada ano letivo é composto por 200 dias e, portanto, 25% representam 200 dias no Ensino Fundamental e 33% representam 200 dias no Ensino Médio. Assim, chegam-se aos resultados finais:

### Cálculo de dias letivos - 9º ano - Matemática

Ano	Crescimento da nota entre o 5º e o 9º do Ensino Fundamental - Matemática	Impacto dos professores temporários	Impacto dos professores temporários em porcentagem.	Nº de dias letivos
2015	45,99	-2,161	4,7%	38
2017	46,89	-3,278	7,0%	56
2019	42,63	,-3,153	7,4%	59
2021	33,45	-2,115	6,3%	42

### Cálculo de dias letivos - 9º ano - Língua Portuguesa

Ano	Crescimento da nota entre o 5º e o 9º do Ensino Fundamental - LP	Impacto dos professores temporários	Impacto dos professores temporários em porcentagem.	Nº de dias letivos
2015	61,64	-2,479	4,0%	32
2017	64,06	-3,769	5,9%	47
2019	,53,39	,-3,274	6,1%	49
2021	45,72	-2,559	5,6%	45

### Cálculo de dias letivos - 3ª série - Matemática

Ano	Crescimento da nota entre o 9º e o 3º do - MAT	Impacto dos professores temporários	Impacto dos professores temporários em porcentagem.	Nº de dias letivos
2017	13,15	-3,807	29,0%	175
2019	17,76	,-5,506	31,0%	248
2021	8,13	-4,466	54,9%	333

### Cálculo de dias letivos - 3ª série - Língua Portuguesa

Ano	Crescimento da nota entre o 9º e o 3º do - LP	Impacto dos professores temporários	Impacto dos professores temporários em porcentagem.	Nº de dias letivos
2017	17,07	-4,185	24,5%	149
2019	21,78	,-5,641	25,9%	157
2021	15,07	-3,340	22,2%	135

